



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638515 - SC (2021/0000979-8)

RELATOR : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
THIAGO YUKIO GUENKA CAMPOS - SC036306
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : ROBSON JOSE DE GOES (PRESO)
CORRÉU : JOAO CARLOS PINHEIRO
CORRÉU : LUCAS MARCELO LOPES
CORRÉU : VANDERLEI DE SOUZA DA SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ROBSON JOSE DE GOES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Apelação Criminal n. 0001969-66.2018.8.24.0037).

O paciente foi condenado à pena de 11 anos e 11 meses de reclusão, em regime inicial fechado pela prática do delito de tráfico de drogas em concurso material com o crime de associação para o tráfico de drogas.

Sustenta que o acórdão, de forma indevida, reconheceu de ofício a reincidência do réu, sem que a condenação estivesse certificada nos autos e sem que houvesse impugnação específica da acusação sobre o tema.

Requer, liminarmente, o afastamento da agravante da reincidência e o reconhecimento da preponderância da atenuante da confissão espontânea sobre a agravante de liderança no caso de concurso de agentes, com a consequente reforma da dosimetria da pena. No mérito, pugna pela concessão definitiva da ordem.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão. A desembargadora relatora justificou, de forma fundamentada, a possibilidade de reconhecimento da reincidência de ofício, sem a certificação nos autos (fls. 649/650):

[...]

Entretanto, é preciso reconhecer a reincidência de R. J. de G.. Isso porque ele foi condenado na Ação Penal n. 1192-23.2013 (PEP 22914-62.2013), com trânsito em julgado no dia 9.12.14 (AREsp 580.088).

Registra-se que embora a condenação não esteja certificada nos autos, "A jurisprudência desta Corte tem entendido desnecessária a juntada de certidão cartorária como prova de maus antecedentes ou reincidência, admitindo, inclusive, informações extraídas do sítio eletrônico de Tribunal como evidência nesse sentido" (STJ, AgRg no AREsp 549.303).

Além disso, sabe-se que é tranquila no STJ a possibilidade de reconhecimento da reincidência na execução penal, mesmo que não o tenha sido na ação penal (AgRg no REsp 1828477). Sendo assim, não se observa reformatio in pejus em reconhecer a agravante em sede de recurso da defesa, desde que não aumentada a pena ou agravado o regime.

[...]

Ademais, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente